

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Luiza de Marillac M. Camargo	Titular	Presente	p/ Raquel Junqueira Costa
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	Ester Aparecida Viana	Titular	Ausente	
		Gabriel Chamma Jr.	Titular	Ausente	
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Angelo César Bosqueiro	Suplente	Justificou	
		Sérgio Rocha Lima Diehl	Suplente	Presente	
03	Secretaria da Fazenda	Tabir Pirajá de Macedo Filho	Titular	Presente	
	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto B. Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
04	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo)	Titular	Presente	
		Leonildo Ednilson Urbano (Secr.-executivo Adjunto CBH-PCJ)	Titular	Presente	
	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Giovanni Dell'Isola Neto	Suplente	Presente	
05	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Ausente	
		Raquel Marmo Azzari	Suplente	Ausente	
	CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella	Suplente	Presente	
		Rita de Cássia Lorenzi	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Energia	Carlos Rene Nunes Galvão Barreto	Titular	Ausente	
		Daniel Jesus de Lima	Titular	Presente	
	Secretaria de Logística e Transportes	Marcelo Pocci Bandeira	Suplente	Presente	
		Augusto Olavo Leite	Suplente	Ausente	
07	P. M. Campinas	Pedro Serafim	Titular	Ausente	
		Valéria Murad Birolli	Titular	Ausente	
	P. M. Holambra	Margareti Rose de O. Groot	Suplente	Ausente	
		Marcel Arantes Montoro	Suplente	Ausente	
08	P. M. Campo Limpo Pta.	Armando Hashimoto	Titular	Ausente	
		Neive Rodrigues Noguero	Titular	Ausente	
	P. M. Atibaia	José Bernardo Denig	Suplente	Presente	
		Márcia Cavazana Nogueira	Suplente	Justificou	
09	P. M. Piracaia	Fabiane Cabral da C. Santiago	Titular	Ausente	
		Ana Lúcia Watanabe	Titular	Ausente	
	P. M. de Hortolândia	Ângelo Augusto Perugini	Suplente	Ausente	
		Aldo Aluizio Silva	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Limeira	Orlando José Zovico	Titular	Ausente	
		Rogério Mesquita	Titular	Presente	
	P. M. Americana	Diego de Nadai	Suplente	Presente	
		Cícero Aparecido Moura de Jesus	Suplente	Ausente	
11	P. M. Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Capivari	Luis Donisete Campaci	Suplente	Ausente	
		José Luiz Cabral	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

12	P. M. Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira (Secr.-executivo Adjunto CBH-PJ)	Titular	Justificou	
	P. M. Itapeva	Urias Paulo Furquim	Suplente	Ausente	
		Sidney José da Rosa	Suplente	Justificou	
13	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Consórcio Piraiá	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
14	FLORESPI	Ricardo Otto Leão Schmidt	Titular	Presente	
	IPSA Corumbataí	Waldemar Bóbbbo	Suplente	Presente	
15	Elo Ambiental	Claudia Grabher	Titular	Presente	
	Terceira Via	Edwaldo Luiz de Oliveira	Suplente	Ausente	
16	Fórum das Entidades Cívicas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari	Titular	Presente	
	SORIDEMA	Harold Gordon Fowler	Suplente	Presente	
17	Rotary Internacional –D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Lions Piracicaba Centro	Nelson Antonio Pinotti	Suplente	Ausente	
18	AME	Paulo Henrique Pereira	Titular	Ausente	
	ABES-SP	Ana Maria Souza Pereira	Suplente	Ausente	
19	CIESP – Dr Jundiáí	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso	Suplente	Presente	
20	CIESP – DR Campinas	Mauro José Lauro	Titular	Ausente	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
21	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	p/ João Primo Baraldi
	Sindicato Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	
22	ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Presente	
23	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
	ABCON	Aguardando Indicação		Ausente	
24	COOPERVAP	Eduardo Lovo Paschoalotti (Vice-presidente do CBH- PCJ e do PCJ Federal)	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-EA	CETESB	Vera Lúcia Namura	Coordenadora	Presente
CT-EA	P.M. Extrema	Dorisney Ribeiro de Campos	Coordenadora-Adjunta	Presente
CT-PB	SORIDEMA	Harold Gordon Fowler	Coordenador	Presente
CT-PB	DAEE	Regina Aparecida Ribeiro	Coordenadora-Adjunta	Presente
CT- Indústria	CIESP – Jundiáí	Roberto Mario Polga	Coordenador	Presente
CT-ID	CENA/USP	Natássia Bonini Vidas	Secretária	Presente
CT-MH	DAEE	Astor Dias de Andrade	Coordenador	Justificou
CT-MH	DAEE	Cláudia Hornhardt Siqueira Fonseca	Coordenadora-Adjunta	Justificou
CT-OL	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Coordenador	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora-Adjunta	Presente
CT-RN	Elo Ambiental	Claudia Grabher	Coordenador	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

CT-RN	FLORESP	Ricardo Otto Leão Schimidt	Coordenador-Adjunto	Presente
CT-Rural	Rotary	Luiz Antônio C. Silva e Brasi	Coordenador-Adjunto	Presente
CT-Rural	SR Rio Claro	Sindicato Rural de Rio Claro	Coordenador	Presente
CT-SAM	SORIDEMA	Dejanira de Franceschi de Angelis	Coordenadora	Presente

Sigla da Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Eduardo Cuoco Léo
	Elaine Franco de Campos
	Katia Gotardi
	Fábio Coca
	Eliane Afonso
	Vanessa Cristina Bortolazzo
	Juliana Prado Guilmo
	Helena Gonçalves
	Ivanise P. Milanez
Agência das Bacias PCJ - Diretora Técnica	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi
Agência das Bacias PCJ- Diretor Administrativo-Financeiro	Sérgio Razera
DAE – Jundiá	Maria das Graças Martini
P. M. Rafard	Eliseu
SAAE Atibaia	Dorival Hernandes
DAEE	Caroline T. Bacchin
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
SABESP	Nilzo R. Fumes
SABESP	Oswaldo de O. Vieira
SABESP	José Roberto Fumach
Foz de Limeira	Mona Lise P. Ribaro

5 **1. Pauta e Abertura:** A convocação da reunião e a pauta foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 14/11/2012. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, que cumprimentou a todos e agradeceu, a cessão do espaço, à Biblioteca Municipal de Piracicaba. **2. Informes: 2.1. pela Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti informou que no dia 14 de dezembro de 2012, ocorrerá no município de Itapeva/MG, a reunião plenária dos Comitês PCJ; ressaltou a importância das discussões para a referida reunião e convidou a todos para participarem. **3. Apreciação da Ata da 48ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no dia 06/07/2012, nas dependências do SAAE Atibaia, em Atibaia/SP:** O Sr. Moretti questionou aos membros se seria necessária a leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da mesma. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **4. Apreciação de Deliberações ad referendum dos Comitês PCJ:** O Sr. Moretti discorreu sobre: a)

30 Deliberação *ad referendum* nº 151/12, de 04/09/2012, que trata da transferência das funções de Secretaria Executiva do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE para a Fundação Agência das Bacias PCJ; b) Deliberação *ad referendum* nº 152/12, de 03/10/2012, que trata da indicação de empreendimentos relacionado na Deliberação dos Comitês PCJ nº142/12, e c) Deliberação *ad referendum* nº 153/12, de 05/11/2012, que trata do Parecer Técnico do GT- Empreendimentos nº 04/2012 sobre o empreendimento: “Modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN/PETROBRÁS”, explicando seus conteúdos e objetivos. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e não havendo, a Deliberação *ad referendum* nº 151/12, de 04/09/2012; a Deliberação *ad referendum* nº152/12, de 03/10/2012; e a Deliberação *ad referendum* nº 153/12, de 05/11/2012, foram colocadas em votação, pelo Sr. Moretti, sendo aprovadas por unanimidade. **5. Cancelamento de indicação de empreendimento:** O Sr. Moretti lembrou que o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

empreendimento “Implantação do Sistema de Tratamento do Lixiviado (Chorume) do Aterro Sanitário Municipal”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Socorro/SP, foi indicado na
55 Deliberação dos Comitês PCJ nº 034/2009, de 21/05/2009, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, no montante de R\$ 468.308,63
60 (quatrocentos e sessenta e oito mil trezentos oito reais e sessenta e três centavos) com a apresentação de contrapartida, em 10% (dez por cento) no valor de R\$ 52.034,29 (cinquenta e dois mil, trinta e quatro reais e vinte e nove centavos), totalizando o valor global de R\$ 520.342,92 (quinhentos e vinte mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), e que o empreendimento, foi objeto de contrato junto à Caixa Econômica Federal – CEF/Gidur –
70 Jundiaí, sob nº 292.312-22/09, de 07/07/2009, cuja vigência expirou em 07/09/2012. O Sr. Moretti cientificou ao plenário que após inúmeras tentativas e orientações por parte da Agência das Bacias PCJ, a Prefeitura Municipal de Socorro,
75 não providenciou as devidas contratações e não fez o encaminhamento da respectiva documentação à Caixa Econômica Federal ou à Agência das Bacias PCJ, a fim de que fosse atestado o início do empreendimento em questão.
80 Após, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros que analisaram a proposta do cancelamento da indicação em questão, feita para recursos da Cobrança Federal PCJ, com os recursos financeiros
85 correspondentes sendo acrescidos ao orçamento de 2013, para distribuição pelos Comitês PCJ. O Sr. Moretti colocou a proposta em votação. Não havendo manifestações, a proposta foi aprovada por unanimidade. **6. Apreciação de solicitação de Abatimento do “VALOR_{DBO}” 2013:** O Sr. Moretti lembrou que o mecanismo diferenciado de pagamento do “VALOR_{DBO}” é um procedimento aprovado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 049/06, de 28/09/06, previsto na cobrança
90 pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A de Campinas – SANASA solicitou, aos Comitês PCJ, abatimento no
95 “VALOR_{DBO}”, em 09/10/2012, referente aos investimentos a serem realizados no ano de 2013,
100 totalizando R\$ 1.529.229,55 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) para as obras da Estação de Tratamento de Esgoto Sosas/Joaquim Egídio, no município de Campinas e que a Agência PCJ, analisou a solicitação referente aos futuros investimentos nas obras da Estação de Tratamento de Esgoto Sosas/Joaquim Egídio, através do Parecer Técnico nº 11/2012, de 16/11/2012, disponibilizado para esta reunião. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros. O Sr. Hugo Marcos Piffer Leme, da ASSEMAE, questionou sobre a aplicação desse mecanismo nos casos de existência de Parcerias Público-Privadas e o Sr. Moretti propôs enviar a dúvida para o departamento jurídico da ANA (Agência Nacional de Águas), para possíveis esclarecimentos. Em seguida, o Sr. Moretti colocou o assunto em votação sendo a solicitação de abatimento no “VALOR_{DBO} Estação de Tratamento de Esgoto Sosas/Joaquim Egídio aprovada por unanimidade. **7. Análise da proposta de reajuste das Cobranças PCJ:** O Sr. Moretti explicou que desde 2011 a Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), reativou, no seu âmbito, os trabalhos do Grupo de Trabalho específico que tratou da cobrança pelo uso das águas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, com a denominação de “GT-Cobrança”. Esclareceu que este GT estudou e analisou a atualização dos valores praticados para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias PCJ, para propor novos valores para os Preços Unitários Básicos (PUBs) das Cobranças PCJ, tendo em vista que no período de 2006 a 2012 não houve correção dos valores dos mesmos, os quais são utilizados para o cálculo dos valores arrecadados com as cobranças PCJ, gerando uma defasagem na relação entre o montante arrecadado e o necessário a ser investido de acordo com o plano de bacias, passando de 20%, à época de implantação da cobrança PCJ, para os atuais 15%. O Sr. Moretti informou, ainda, que o GT-Cobrança, coordenado inicialmente pelo CIESP, Diretoria Regional de Jundiaí, e agora pelo DAEE, realizou 10 Reuniões Ordinárias para tratar desse assunto, no período de 27/07/2011 a 19/09/2012,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

discutindo e formulando propostas sobre o
assunto; realizou 3 seminários para os setores de
155 saneamento e da indústria, bem como uma
reunião da CT-Indústria, específica sobre o
assunto. O Sr. Moretti ressaltou ainda, que o
assunto foi levado para discussão na Câmara
Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), a qual
160 realizou 3 (três) reuniões, sendo o assunto,
posteriormente, enviado para discussões finais
relativas à determinação dos preços e dos prazos
que deverão ser praticados à Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), pois não se obteve
165 consenso acerca dos valores e prazos que
deveriam ser adotados. Após, o Sr. Moretti
passou a palavra ao Sr. Eduardo Léo,
Coordenador dos Sistemas de Informação da
Agência das Bacias PCJ, que proferiu relato das
170 atividades da Câmara Técnica do Plano de Bacias
dos Comitês PCJ (CT-PB), quanto aos cenários
desejados para o ano de 2014, conforme proposto
no Plano de Bacias 2010-2020 dos Comitês PCJ.
Após, o Sr. Eduardo passou a palavra para à Sra.
175 Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da
Agência das Bacias PCJ, que expôs os estudos
preliminares sobre demandas e recursos
financeiros disponíveis, em relação aos
investimentos nos municípios com projetos
180 vigentes de 2006 a 2008 (pré Plano de Bacias) e
de 2008 a 2015 (plano de bacias em vigência).
Após, o Sr. Moretti deu início às discussões
referentes à proposta de reajuste das Cobranças
PCJ com a apresentação da simulação de valores
185 com reajustes dos PUBs e com a situação sem
qualquer alteração. Uma das simulações,
elaborada com base em discussões na CT-PB,
previa a Meta de 17,5% dos investimentos do
plano de bacias cobertos com as cobranças, com
190 reajuste a partir de 01/07/2013, chegando-se ao
resultado da necessidade de reajuste anual dos
PUBs em cerca de 7,3% ao ano. Na sequência, o
Sr. Moretti esclareceu que há uma “proposta
alternativa”, apresentada por representantes do
195 setor de saneamento dos Comitês PCJ presentes à
reunião, na qual se mantém a Meta da cobrança
cobrir 17,5% das necessidades de investimentos
previstas no Plano das Bacias PCJ 2010-2020, no
ano de 2020, porém com o reajuste anual
200 iniciando-se em 2014, com os PUBs válidos já
em janeiro de 2014, mantendo-se os atuais PUBs
para as cobranças em 2013, e aprovando-se
novos valores, com aumento gradativo dos PUBs
205 para os próximos 3 (três) anos, ou seja: 2014,
2015 e 2016, para não causar impacto
significativo aos usuários, sendo que deverão ser
feitos novos estudos para os valores dos PUBs a
partir de 2017. O Sr. Moretti acrescentou que tal
210 proposta ocasionará um índice de reajuste anual
superior aos 7,3% mostrados anteriormente.
Aberta a palavra, o Sr. Mário Roberto Polga, do
CIESP, Diretoria Regional de Jundiá, solicitou a
palavra e apresentou documento assinado pelos
215 CIESPs membros dos Comitês PCJ, contrária ao
reajuste da cobrança e solicitando estudos
complementares. O Sr. Polga, também,
questionou sobre os encaminhamentos para
implantação do reajuste da cobrança. O Sr.
Moretti explicou o trâmite de qualquer alteração
220 nos valores dos PUBs, a qual deverá ser
encaminhada para deliberação dos Plenários dos
Comitês PCJ; posteriormente, sendo a
deliberação favorável ao reajuste, a proposta é
encaminhada para deliberação dos Conselhos
225 Estaduais de Recursos Hídricos (SP e MG) e do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
(CNRH). Para a cobrança federal, após a
aprovação do CNRH, a mesma é enviada à
Agência Nacional de Águas (ANA) para
230 implantação. Em São Paulo, após aprovação do
CRH, encaminha-se a proposta ao Governador do
Estado para formulação de decreto referente ao
reajuste da cobrança. Após, o Sr. Polga afirmou
serem necessários estudos técnicos que
235 fundamentem a proposta de reajuste em análise,
sendo que não seria possível, o segmento das
indústrias, responder prontamente à proposta do
percentual de reajuste da cobrança naquele
momento. A Sra. Eneida Zanela, representante da
240 CETESB, comentou que o reajuste deve se
aplicado, uma vez que a região, incluindo as
indústrias, vem se desenvolvendo rapidamente,
acarretando o aumento de lançamento de cargas
orgânicas nos corpos d’água, gerando aumento da
245 demanda de seu tratamento, bem como, o
aumento no consumo de água. O Sr. José
Rodolfo Penatti, do Sindicato Rural de
Piracicaba, afirmou que os investimentos mais
elevados no tratamento de carga orgânica já vêm
sendo realizados através dos recursos
250 disponibilizados nas bacias PCJ, não se
justificando o aumento da cobrança.
Continuando, alegou que o tempo para discussão
sobre o reajuste da cobrança não foi suficiente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

255 para que haja um consenso final adequado para o
setor privado. O Sr. Sergio Razera, Diretor
Administrativo-Financeiro da Agência das Bacias
PCJ, explicou que os estudos que fundamentam
esta proposta de reajuste da cobrança são
260 suficientes e foram realizados, apresentados e
discutidos não só desde 2011, mas ao longo dos
últimos 07 (sete) anos, principalmente em virtude
da aprovação do Plano de Bacias 2010-2020. O
Sr. Moretti complementou, informando que os
265 valores arrecadados a partir do reajuste serão
aplicados nos projetos que visem atender às ações
expostas no Plano de Bacias, até 2020. Ainda,
ressaltou, conforme já mencionado, que os
valores da cobrança estão defasados desde o ano
270 de 2006. O Sr. André Elia Neto, representante da
ÚNICA, questionou sobre a qualificação do
quórum presente na reunião para poder avaliar e
decidir quanto ao reajuste da cobrança e a
aplicação do mesmo a partir de 2013. O Sr.
275 Moretti reafirmou a capacidade dos presentes em
julgar o reajuste, tendo em vista que o plenário
conta com membros de formação
multidisciplinar, envolvendo todos os segmentos
dos Comitês PCJ, bem como, que a decisão final
280 é dos Plenários dos Comitês PCJ, sendo nele,
exigido quórum e peso de votos específicos, para
a cobrança paulista. Após as manifestações, o Sr.
Moretti questionou sobre a necessidade de se
fazer a simulação para obter o valor do reajuste
285 anual dos PUBs para a proposta alternativa
apresentada, decidindo-se que os valores
poderiam ser calculados pela Agência das Bacias
PCJ, posteriormente, quando da elaboração da
minuta de deliberação, com base nas diretrizes
290 que forem aprovadas. Prosseguindo, o Sr. Moretti
esclareceu que submeteria à votação a proposta
de reajuste nos valores dos PUBs das Cobranças
PCJ baseada na “proposta alternativa”
apresentada por representantes do segmento do
saneamento na presente reunião e a proposta
295 apresentada pelo setor das indústrias e
agricultura, pelo Sr. André, representante da
Única, endossada pelo Sr. Polga, representante da
CIESP, e pelo Sr. Penatti, representante do
300 Sindicato Rural de Piracicaba, de que não se
aprove o reajuste da cobrança e se dê
continuidade aos estudos para o reajuste da
cobrança e que, futuramente, se reveja o
percentual de reajuste, tendo como regra a
305 locação de maior percentual de reajuste aos
usuários lançadores de cargas orgânicas. O Sr.
Moretti colocou em votação ambas as propostas
apresentadas, sendo que a “proposta alternativa”,
do setor de saneamento, foi aprovada por 15
310 votos a favor (IGAM, Secretaria da Fazenda,
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos,
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência e Tecnologia, CETESB, P. M. Atibaia, P.
M. de Hortolândia, P. M. de Limeira, P. M. Rio
315 Claro, Consórcio Pirai, FLORESPI, Elo
Ambiental, ASSEMAE, SORIDEMA, Rotary
Internacional–D4590, COOPERVAP); com 5
(cinco) votos contra (Secretaria de Agricultura e
Abastecimento, Secretaria de Energia, ÚNICA,
320 Sindicato Rural de Piracicaba, CIESP–DR
Jundiaí) e 1 (uma) abstenção (SABESP). Após o
Sr. Moretti colocou em votação a alteração do
percentual de aplicação, nos PDCs do plano de
bacias, para os recursos arrecadados com a
cobrança paulista, sendo aprovado, por
325 unanimidade, a proposta de 15% no PDC1, 45%
no PDC3 e 40% no PDC5. **8. Apreciação das
adequações de Estatuto/Regimentos Internos:**
O Sr. Moretti lembrou que durante a 41ª Reunião
Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento
330 (CT-PL), realizada na Foz do Brasil, no
município de Limeira, no dia 04/05/2012, e na
48ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no
SAAE Atibaia, no município de Atibaia/SP, no
dia 06/07/2012, a CT-PL discutiu o
encaminhamento do Ofício CRHi nº 153/2012,
datado de 30/03/2012, que tratava da
representatividade das universidades e dos órgãos
de classe nos comitês de bacias hidrográficas,
sendo aprovada consulta à CRHi sobre o prazo
340 para a realização das adequações das vagas dos
membros dos Comitês PCJ ocupadas por
instituições de ensino superior e entidades de
pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tendo
em vista que o processo para renovação membros
dos Comitês PCJ para o mandato 2013/2015,
teria início no segundo semestre de 2012, com a
indicação e posse dos membros eleitos em março
de 2013. Também foi consultada a CRHi sobre a
possibilidade de fornecer cópia de Parecer
Jurídico ou outro documento que tenha
fundamentado o conteúdo do ofício acima
350 referido, no intuito de esclarecer a situação
presente e para o próximo mandato. A resposta
da CRHi veio pelo Ofício CRHi nº173/2012,
datado de 22 de maio de 2012, que informa o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

360 fundamento jurídico e os procedimentos para
regulamentação junto aos Plenários dos Comitês
PCJ para a situação presente e para o próximo
mandato. O Sr. Moretti lembrou, ainda, que a
CT-PL deliberou que as adequações para
atendimento à solicitação da CRHi fossem
discutidas e propostas pelo GT-Eleições, que foi
composto para organização do processo eleitoral
da gestão 2013-2015 dos Comitês PCJ. Diante do
exposto, o Sr. Moretti apresentou a minuta de
alteração do Estatuto do CBH-PCJ quanto à
participação de Universidades, Institutos de
Ensino Superior e Entidades de Pesquisas e
Desenvolvimento Tecnológico, vinculados à
Administração Pública, no Plenário do CBH-PCJ.
Após o Sr. Moretti explanou que, por meio do
Ofício nº 069/2012/GECBH/IGAM/SISEMA,
datado de 24 de julho de 2012, e do Ofício nº
346/2012/DG/IGAM/SISEMA, datado de 10 de
outubro de 2012, o Instituto Mineiro de Gestão
das Águas-IGAM informou sobre os
procedimentos para o processo eleitoral dos
comitês de bacia hidrográfica do Estado de Minas
Gerais e que se fazia necessária a regularização
do processo eleitoral, das vagas da Membrosia e
da Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica dos
Rios Piracicaba e Jaguari – CBH-PJ, de acordo
com o que dispõe a legislação do Estado de
Minas Gerais, em atendimento à Deliberação
Normativa CERH-MG nº 30, de 26 de agosto de
2009, que alterou a Deliberação Normativa
CERH/MG nº 04, de 18 de fevereiro de 2002, e
que estabeleceu diretrizes para a formação e
funcionamento de comitês de bacia hidrográfica
do Estado de Minas Gerais. Após o Sr. Moretti
informou que o GT-Eleições, com o apoio do
IGAM, adequou o Regimento Interno do CBH-PJ
e apresentou à CT-PL a nova redação do
regimento. Na sequência, o Sr. Moretti informou
da necessidade de compatibilização do
Regimento Interno do PCJ Federal às adequações
no Estatuto do CBH-PCJ e no Regimento Interno
do CBH-PJ, e que o GT-Eleições elaborou
proposta de alteração, que foi apresentada e
explicada. A seguir, o Sr. Moretti abriu a palavra
para manifestação dos membros. Não havendo
manifestações, as alterações no Estatuto do CBH-
PCJ e nos Regimentos Internos do PCJ Federal e
do CBH-PJ foram aprovadas por unanimidade. **9.**
**Constituição das Comissões Eleitorais (eleições
de 2013):** O Sr. Moretti informou da necessidade

410 de se constituir a Comissão Eleitoral do CBH-
PCJ e do PCJ FEDERAL para o processo
eleitoral, mandato 2013-2015. O Sr. Moretti
ressaltou que o processo eleitoral do CBH-PJ será
realizado pelo o Instituto Mineiro de Gestão das
Águas-IGAM, conforme Ofício nº
069/2012/GECBH/IGAM/SISEMA, datado de 24
415 de julho de 2012, e do Ofício nº
346/2012/DG/IGAM/SISEMA, datado de 10 de
outubro de 2012, e informou sobre os
procedimentos para o processo eleitoral dos
comitês de bacia hidrográfica do Estado de Minas
Gerais. Após, o Sr. Moretti abriu espaço para a
discussão entre os membros, definindo-se a
composição da Comissão Eleitoral, conforme
segue: a) Secretário-executivo dos Comitês PCJ,
que será o seu coordenador; b) Representantes,
nos Plenários dos Comitês PCJ, de: 1 (um)
representante titular e 1 (um) suplente do setor
“Usuários de Recursos Hídricos”, sendo: Titular:
Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento -ASSEMAE e Suplente: Sindicato
Rural de Rio Claro; c) 1 (um) representante
titular e 1 (um) suplente do setor “Organizações
Civis”, sendo: Titular: Associação de
Recuperação Florestal da Bacia do Rio
Piracicaba e Região – FLORESPI e Suplente:
425 Rotary International – Distrito 4590; d) 1 (um)
representante titular e 1 (um) suplente do setor
dos “Municípios” sendo: Titular: Prefeitura
Municipal de Hortolândia e Suplente: Prefeitura
Municipal de Rio Claro; e) 1 (um) representante
titular e 1 (um) suplente do setor dos “Órgãos de
435 Governo”, sendo: Titular: Companhia de
Saneamento Básico do Estado de São Paulo –
SABESP e Suplente: Coordenadoria de
Assistência Técnica Integral - CATI. Após as
indicações, não havendo mais manifestações, o
Sr. Moretti colocou a proposta de constituição da
Comissão Eleitoral em votação, sendo aprovada
por unanimidade. **10. Análise das propostas
para os Processos Eleitorais dos Comitês PCJ:
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL (para o mandato
2013-2015) e CBH-PJ (para o mandato 2013-
2017):** O Sr. Moretti apresentou a minuta de
deliberação sobre o processo eleitoral do CBH-
PCJ e PCJ-FEDERAL, pontuando as principais
alterações propostas pelo GT-Eleições,
445 definindo-se prazos, normas, procedimentos e
critérios para orientar o processo de escolha dos
representantes dos órgãos e entidades

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

460 governamentais, dos municípios, dos usuários de
recursos hídricos e das organizações civis da área
de atuação dos Comitês PCJ, de forma a se
garantir a realização de processo integrado de
eleição dos seus membros, conforme dispositivos
constantes nos Regimentos Internos do PCJ
465 FEDERAL e CBH-PJ e no Estatuto do CBH-
PCJ. O Sr. Moretti ressaltou que o processo
eleitoral do CBH-PJ será realizado pelo o
Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM,
conforme já mencionado. Na sequência, o Sr.
470 Moretti abriu a palavra para manifestações dos
membros. O Sr. Ricardo Otto Leão Schmidt, da
FLORESPI, expôs a dificuldade na entrega de
alguns documentos que devem ser autenticados
em cartório. A Sra. Patrícia Gobet de Aguiar
475 Barufaldi, Diretora Técnica da Agência PCJ,
explicou que estes documentos devem ser
entregues, uma vez que a sua necessidade é
citada no regimento. Após, foi incluída a palavra
“e” no art. 19, § 2ª, inciso II, da Seção III do
480 regulamento para o processo eleitoral. Não
havendo mais manifestações, as propostas para os
Processos Eleitorais foram aprovadas por
unanimidade. **11. Apreciação do Plano de
Trabalho e Previsão Orçamentária da
485 Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr.
Moretti informou que ocorreram, no dia 25 de
outubro de 2012, em Piracicaba/SP, reunião do
Conselho Fiscal da Agência PCJ e, no dia 23 de
novembro, em Piracicaba/SP, reunião do
490 Conselho Deliberativo da Agência PCJ, quando
foram apresentadas e aprovadas as propostas de
plano de trabalho e previsão orçamentária da
Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de
2013 e apresentou as mesmas ao plenário. Após
495 as manifestações, o Sr. Moretti colocou as
propostas do plano de trabalho e da previsão
orçamentária da Agência das Bacias PCJ,
exercício de 2013, em votação, sendo aprovadas
por unanimidade. **12. Apreciação do Plano
500 Plurianual (PPA):** O Sr. Moretti passou a
palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor
Administrativo-Financeiro da Agência das Bacias
PCJ, que lembrou a todos que no Contrato de
Gestão n° 003/ANA/2011, firmado entre a ANA
505 e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º Aditivo,
conforme aprovado pela Deliberação dos
Comitês PCJ n° 136/11, de 16/12/2011, é previsto
no Programa de Trabalho, no Indicador
Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de
510 Aplicação Plurianual (PAP), em consonância ao
Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que a Agência
PCJ está realizando levantamento sobre fontes de
financiamentos além dos recursos distribuídos
515 pelos Comitês PCJ, bem como os recursos já
captados nessas, para as bacias PCJ, com o
intuito de elaborar-se um PAP como instrumento
de planejamento de médio prazo de ações
relativas aos Programas de Duração Continuada
520 (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e
objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao
longo de um período de quatro anos. O Sr.
Moretti informou que durante a 48ª Reunião
Ordinária da CT-PL, realizada no dia 06/07/2012,
525 no SAAE Atibaia, Atibaia-SP, o assunto foi
apreciado e deliberou-se que o GT-Critérios,
constituído para a revisão dos critérios gerais e
específicos para seleção de empreendimentos
para financiamento com recursos do FEHIDRO e
das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) -
530 orçamento de 2013, formado por representantes
da ASSEMAE, do Rotary International, da
ABCON, do DAEE, da COOPERVAP, da SMA,
da SORIDEMA, da CT-AS, do SAAE/Indaiatuba
e da SABESP; estes dois últimos como
535 convidados, trabalhariam para apresentar
proposta com ações constantes do PAP-PCJ
2013-2016 visando: a) aplicação de cerca de 50%
dos recursos das Cobranças PCJ, correspondentes
à Cobrança Federal PCJ, como demandas
540 induzidas, por meio do plano plurianual (PAP);
b) para o regime anual de indicações, como
demanda espontânea, os demais recursos das
Cobranças PCJ (cobranças paulista e mineira
PCJ) e os recursos do FEHIDRO; c) que o fluxo
545 anual de aplicação tenha prazo para término em
2014, sendo que, após esse prazo, a aplicação dos
recursos também seja de acordo com um PAP,
tanto para o FEHIDRO quanto para as cobranças
paulista e mineira. Na sequência, o Sr. Sérgio
550 apresentou a proposta de distribuição de valores
para o Plano Plurianual, ressaltando que todas as
ações apresentadas foram baseadas no Plano de
Bacias 2010-2020, não podendo haver inclusões
que não façam menção ao mesmo. Após as
555 explanações, o Sr. Moretti abriu espaço para
manifestações dos membros. A coordenação da
CT-EA manifestou-se quanto à não concordância
em relação ao proposto pelo GT-Critérios, pois
consideram que o mesmo inviabiliza a demanda
560 espontânea de projetos de educação ambiental

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Minuta da Ata da 49ª Reunião Ordinária da CT-PL – Biblioteca Municipal – Piracicaba/SP – 23/11/2012 - 09h30min

565 (PDC 8), impactando, negativamente, as ações em curso e o próprio plano de trabalho, aprovado pela CT-PL. Assim, ficou definido que a Agência das Bacias PCJ deverá discutir com essas câmaras técnicas o detalhamento das ações de educação ambiental e preservação de recursos naturais para os anos de 2014 a 2016, bem como deverá rediscutir com a CT-EA a possibilidade de retorno de financiamento de projetos de demanda espontânea do PDC 8. A coordenação da CT-RN solicitou a mesma tratativa para com sua câmara técnica. Após as diversas manifestações e esclarecimentos, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação do Plano da Aplicação Plurianual em votação, que foi aprovado por unanimidade.

570

575 **13. Apreciação da Minuta de Deliberação dos Critérios para Distribuição de Recursos Financeiros – Exercício 2013:** O Sr. Moretti iniciou explicando a origem dos recursos a serem deliberados e sobre o grupo de trabalho criado no âmbito da CT-PL para a proposição dos critérios apresentados na minuta de deliberação em análise. Em seguida, o Sr. Moretti iniciou a apresentação da minuta de deliberação sobre os critérios e o cronograma do processo para distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2013, explicando que a proposta apresenta significativas alterações em relação ao ano anterior em virtude do Plano Plurianual e que a minuta de deliberação está de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020. O Sr. Moretti detalhou todo o corpo da deliberação, apresentando os percentuais de recursos para cada grupo de empreendimentos e destacando algumas novidades no processo, tais como: a) os investimentos de demanda induzida, que antes eram indicados pelas Câmaras Técnicas e indicados tomadores pela CT-PL, serão inseridos como investimento da Agência das Bacias PCJ, por meio do PAP, cobertos pelos recursos da cobrança federal, visando agilizar a aplicação desses recursos; b) o PAP também tomará as ações de comunicação, de recomposição de matas ciliares e planos de saneamento; c) as ações de demanda espontânea, principalmente para o PDC 5, serão cobertos com a integralidade dos recursos da cobrança paulista, do FEHIDRO e mais R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) da cobrança federal. Finalizadas as explanações, o

580

585

590

595

600

605

610

as manifestações do plenário, colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **14. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

615

620

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL

625